



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 109/XV/2.<sup>a</sup>

Aprova o Orçamento do Estado para 2024

Proposta de Alteração

Garantia de alojamento para todos os estudantes bolsheiros deslocados

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 108.º

Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior

- 1 - (...).
- 2 - Em 2024, são elencados, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, imóveis para integrarem o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), para além dos elencados no anexo II do Decreto-Lei n.º 30/2019, de 26 de fevereiro, nomeadamente repúblicas de estudantes e equipamentos públicos com pouca ou nenhuma utilização.
- 3 - (Anterior n.º 2).
- 4 - (Anterior n.º 3).
- 5 - Para efeitos do presente artigo é atribuída a verba de € 447 000 000 até 2026, repartida da seguinte forma:



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

- a) 2024 – € 149 000 000
- b) 2025 – € 149 000 000
- c) 2026 – € 149 000 000.

6 – É criada a Comissão de Acompanhamento do PNAES, constituída por um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, um representante do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), um representante do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), dois representantes dos estudantes eleitos no Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA), com o objetivo de monitorizar a execução do PNAES e de elaborar recomendações.

Assembleia da República, 2 de novembro de 2023

Os Deputados,

Alfredo Maia; Duarte Alves; Alma Rivera; Bruno Dias; Paula Santos; João Dias

Nota Justificativa:

O direito de acesso aos mais elevados graus de conhecimento implica todas as condições para que qualquer estudante, independentemente da sua condição socioeconómica, possa frequentar o Ensino Superior. Além da gratuitidade da frequência, é necessário garantir a existência de apoios sociais, entre os quais, alojamento público em residências de estudantes.

A oferta pública de alojamento para estudantes de Instituições do Ensino Superior Públicas (IESP) continua a ser claramente insuficiente para o universo de alunos deslocados. É urgente a construção e requalificação de residências de estudantes.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

O Governo anunciou em 2018 o Plano Nacional de Alojamento Estudantil, fruto de proposta do PCP, contudo o programa nunca teve o financiamento adequado para ser aplicado. Assim, só com o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), foram iniciados, tarde, os procedimentos para a requalificação e recuperação do alojamento estudantil. A verba que tem sido anunciada tem sido alterada todos os anos, através de reforços do Governo, de 72 milhões em 2022 e de 70 milhões em 2023, a que acrescem os 375 milhões do PRR, num total de 517,4 milhões para recuperar e construir residências estudantis, duplicando a oferta até 2026. No entanto, as verbas que o Governo tem executado demonstram que a totalidade da verba é insuficiente face às necessidades. Sendo um investimento importante, todavia, continuará a não dar resposta a todos os estudantes bolseiros deslocados, quanto mais a todos os estudantes deslocados.

O número de camas que o Governo propõe aumentar até 2026 é insuficiente. Hoje existem cerca 15 000 camas, para 2026, o Governo prevê que o número passe para 26 772 camas. Ora, considerando o número de estudantes deslocados no ensino público (119 000), a perspetiva do Governo fica muito aquém das necessidades, passando de uma capacidade de 13% para (cumprindo-se) 22,5%.

O Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES) carece de um claro investimento no sentido de criação de oferta pública e de medidas mais ambiciosas.

Assim, o PCP propõe o reforço de financiamento total do programa no montante de 447 milhões de euros (sem contabilizar os 70 milhões anunciados em 2023), com o intuito de duplicar a oferta prevista para o PNAES. Propõe ainda a possibilidade de serem elencados neste programa outros equipamentos públicos com pouca ou nenhuma utilização e a reabilitação das chamadas repúblicas de estudantes. Propõe-se também a criação de uma Comissão de Acompanhamento do PNAES.